

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

RAYANE NATHALINE DIAS DE BARROS

**FESTEJOS E CONTROLE SOCIAL: OS BAILES CARNAVALESCOS NO TEATRO
DE SANTA ISABEL (RECIFE, 1850 -1855)**

RECIFE

2023

RAYANE NATHALINE DIAS DE BARROS

**FESTEJOS E CONTROLE SOCIAL: OS BAILES CARNAVALESCOS NO TEATRO
DE SANTA ISABEL (RECIFE, 1850 – 1855)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em História, sob a orientação do Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva.

RECIFE

2023

RAYANE NATHALINE DIAS DE BARROS

**FESTEJOS E CONTROLE SOCIAL: OS BAILES CARNAVALESCOS NO TEATRO DE
SANTA ISABEL (RECIFE, 1850 – 1855)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em História, sob a orientação do Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva.

Recife, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a M.^a Emmanuelle Valeska Guimarães de Lima
Rede privada de ensino

Prof. M. Paulo Vinicius Nunes Fernandes
Rede privada de ensino

SUMÁRIO

Resumo	05
Introdução	07
Teatro de Santa Isabel: em busca do progresso e da civilização	08
Controle social aos divertimentos populares	09
Contenção do entrudo e propagação dos bailes carnavalescos	10
Os bailes carnavalescos no Teatro de Santa Isabel (1850-1855)	13
Considerações finais	17
Referências Bibliográficas	18

Festejos e controle social: os bailes carnavalescos no Teatro de Santa Isabel (Recife, 1850 – 1855)

Rayane Nathaline Dias de Barros¹

rayane.nathaline@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho surge com o propósito de analisar as práticas de manifestações carnavalescas oitocentistas ocorridas na cidade do Recife, especificamente dentro do Teatro de Santa Isabel, entre os anos de 1850-1855. E como a propagação desses festejos possibilita a compreensão da atuação de alguns mecanismos de controle social da sociedade da época. A escolha do recorte temporal se justifica com a inauguração do Teatro Santa Isabel – como símbolo de civilização para a sociedade recifense da época, visando analisar a propagação dos bailes carnavalescos promovidos dentro desse espaço privado, em detrimento às manifestações do entrudo. A partir da análise de manifestações culturais podemos compreender a sistematização de atuação do poder controlador da classe dominante do Recife oitocentista, como também analisar de que forma os instrumentos de comunicação possuíam papel importante nessa construção de um ideal civilizatório, que tendiam a marginalizar as manifestações da camada mais popular da capital recifense no Oitocentos (1850-1855). É nesse cenário de disputas por espaços de sociabilidades na capital Pernambucana, que iremos averiguar a tentativa de construção de uma sociedade civilizada, que buscava romper com algumas manifestações culturais que não atendiam ao progresso civilizatório pretendido por uma elite escravocrata.

Palavras-chaves: Controle social; Bailes Carnavalescos; Teatro.

¹ Graduanda da Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Between festivities, control and society: Carnival balls at the Teatro de Santa Isabel (1850 – 1855).

Abstract

This work arises with the purpose of analyzing the practices of nineteenth-century carnival manifestations that took place in the city of Recife, specifically within the Teatro de Santa Isabel, between the years 1850 - 1855, and how the propagation of these festivities makes it possible to understand the performance of some mechanisms of social control of the society of the time. The choice of time frame is justified by the inauguration of Teatro Santa Isabel – as a symbol of civilization for Recife society at the time, aiming to analyze the propagation of carnival balls promoted within this private space, to the detriment of Carnival manifestations. Based on the analysis of cultural manifestations, we can understand the systematization of the controlling power of the ruling class in Recife in the 19th century, as well as analyze how the instruments of communication play an important role in the construction of a civilizing ideal, which tend to marginalize the manifestations of most popular stratum of the city of Recife in the 19th century (1850 - 1855). It is in this scenario of disputes for spaces of sociability in the capital of Pernambuco, that we will investigate the attempt to build a national identity, which seeks to break with some cultural manifestations that do not meet the civilizing progress that fosters the ideals of a slave-owning elite.

Keywords: Social control; Carnival Balls; Theater.

Introdução

A inauguração do Teatro de Santa Isabel, em 1850, simbolizando um instrumento de progresso para a sociedade recifense oitocentista, nos mostra como a sociedade e a cultura percorrem simultaneamente o mesmo caminho. Os sinais de civilização e cultura são reproduzidos em cada fragmento da sociedade, seja ele no mercado ou em um teatro. Uma das formas de se analisar determinada sociedade é a partir das representações de seus festejos e datas comemorativas (SANTOS, 2018).

Nesse âmbito de manifestações culturais se mascaram os conflitos de interesses e as constantes disputas pelo espaço público. E na sociedade recifense do século XIX não será diferente. Os festejos carnavalescos ocorridos entre os anos de 1850 e 1855, juntamente com os espaços de sociabilidades destinados a eles, traz à tona as nuances de uma sociedade elitista e excludente. A campanha sistemática de proibição do entrudo – a partir de meados do século XIX - em detrimento da divulgação dos bailes carnavalescos nos teatros e áreas privadas é um exemplo de tentativa de controle social.

É a partir desse cenário de disputas pelos espaços de sociabilidade e de controle social que analisaremos fragmentos cotidianos do Recife oitocentista, objetivando explorar as mobilizações para o acontecimento desses bailes carnavalescos, como também, analisar de que forma era exercido um poder de contenção às manifestações mais populares na capital pernambucana, dando ênfase às divulgações e realizações dos bailes carnavalescos dentro do Teatro de Santa Isabel, no período compreendido entre 1850-1855.

A base metodológica adotada para a construção dessa pesquisa foi a utilização de anúncios publicados em periódicos, especificamente o Diário de Pernambuco, durante os anos de 1850 a 1855, com o objetivo de analisar como a imprensa desempenhou um papel importante na divulgação, de forma tendenciosa e condenatória, dos festejos do entrudo e, em contrapartida, na apreciação positiva dos bailes carnavalescos realizados nos teatros. Enquanto os primeiros eram apresentados como um sinal da barbárie, herdada dos portugueses, os segundos representariam a civilização vigente em grandes cidades da Europa – principalmente, França e Londres. As produções historiográficas acerca dos temas envolvidos, também nos deram grandes contribuições para a compreensão (a partir, de novas formas de análise) do presente objeto de estudo.

Teatro de Santa Isabel: em busca do progresso e da civilização

Para pensarmos sobre as manifestações culturais de uma determinada época é necessário analisarmos o contexto histórico na qual elas estavam inseridas, como também, refletirmos sobre o espaço no qual elas se propagavam. De acordo com Michel de Certeau, em seu livro *A escrita da História*, a análise do lugar de onde se fala é fundamental para a construção de um trabalho historiográfico:

De toda maneira, a pesquisa historiográfica está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do que é possível e do impossível. Encarando-a apenas como um dizer, acabar-se-ia por reintroduzir na história a lenda, quer dizer a substituição de um não-lugar ou de um lugar imaginário pela articulação do discurso com um lugar social. Pelo contrário, a História se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo social e, portanto, também pela relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto do outro do que se fala. (CERTEAU, 1982)

Durante a administração de Francisco Rego Barros, presidente da província de Pernambuco (1837-1844), foi implementada uma série de transformações urbanísticas na cidade do Recife, com o objetivo de modernizar a infraestrutura e reformular o padrão funcional e estético do Recife, em busca dos ideais de progresso e civilização. Foi nesse cenário de modelo civilizatório, baseado nos padrões europeus, que surgiu o projeto de construção de um teatro público na capital recifense. Segundo Rita de Cássia (2009, p. 9):

Nenhuma obra, entretanto, foi mais representativa do desejo provincial de romper com o passado colonial que a do Teatro de Santa Isabel. Nenhuma outra realização ou projeto expressou, com tamanha força e visibilidade, a intenção de fazer do Recife uma cidade civilizada e moderna que a construção dessa casa de espetáculo.

Planejado e construído pelo engenheiro francês Louis-Leger Vauthier, o Teatro de Santa Isabel foi inaugurado em 18 de maio de 1850². Seu nome foi uma homenagem à Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, se tornando um símbolo de marco civilizatório para a sociedade recifense. Na busca por um espaço que refletisse os padrões sociais europeus, a elite econômica e intelectual de Pernambuco, recebia positivamente essa nova oportunidade de propagação de contato social, principalmente no que se referia ao público feminino da elite, que anteriormente, poucos eram os espaços públicos destinados à presença e apreciação das mulheres da época.

² Monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Teatro de Santa Isabel foi palco de grandes atuações políticas, sociais e culturais no século XIX – principalmente, durante o movimento abolicionista. Hoje é considerado um dos 14 teatros-monumentos do Brasil.

É dentro desse espaço público, considerado símbolo de progresso, que vamos analisar os primeiros anos dos bailes carnavalescos no Recife. E, por extensão, como o teatro se tornava um instrumento de disputas sociais na época e um fator de afirmação social para certos setores da população, pois, ele era majoritariamente restrito à elite econômica.

Controle social ao divertimentos populares

As festas, assim como as pequenas nuances do cotidiano, podem nos revelar muitos aspectos da sociedade de cada época. E principalmente, nos faz perceber o exercício do poder controlador do Estado a partir da composição de um regramento social capaz de cercear atitudes e práticas que atentem contra a moral e os bons costumes.

É a partir da análise das práticas de divertimentos que podemos observar as múltiplas facetas de aspectos culturais e políticos de uma sociedade. Segundo Lídia Santos (2011, p. 14) “o lazer é um campo de tensão no âmbito da cultura. É preciso prestar atenção a esses momentos para poder se ter compreensão do cotidiano e da lógica de funcionamento de qualquer sociedade”.

Entende-se como práticas de divertimentos, as múltiplas formas de aproveitamento do lazer. Dessa forma, “os divertimentos são *locus* privilegiados para percepção dos acontecimentos sociais” (SANTOS, 2011, p. 11). A contenção dessas práticas de divertimentos se torna um dos mecanismos de controle social, que utilizam a força do aparato policial como instrumento de repressão para aqueles que atentarem contra a ordem.

E com os bailes carnavalescos não seria diferente. As tentativas de adequação dos festejos carnavalescos ao padrão civilizatório europeu, em detrimento da marginalização das práticas do Entrudo, se caracterizam como uma tentativa de contenção de manifestações culturais de uma camada popular. A elite recifense da época visava criar espaços de sociabilidades que se tornariam excludentes.

Diversos são os anúncios publicados no Diário de Pernambuco referente à normatização para o acesso aos bailes carnavalescos, sempre ressaltando o ideal civilizatório proposto na época. Como também, a insatisfação da elite no que se referia às manifestações carnavalescas associadas ao Entrudo.

Não podemos analisar tais manifestações culturais de forma isolada, sem atentar ao período e contexto social da época nas quais estão inseridas. Pernambuco passava por reformas urbanísticas que abrangiam diversas áreas, a fim de buscar a construção de uma sociedade pretensamente civilizada.

[...] As mudanças estabelecidas nesses momentos diferenciados do cotidiano foram modificando a rotina de diversas camadas da sociedade, quer sejam as pessoas comuns ou as instituições que precisam se adaptarem-se aos novos parâmetros estabelecidos. Quer seja na definição das datas festivas ou no estabelecimento de normas para as rotinas, ao regulamentar esses momentos as autoridades buscavam estabelecer um ritmo a vida das pessoas daquela sociedade condizente com a realidade necessária para o bom andamento social, econômico e político do país (SANTOS, 2011, p. 124).

Sendo assim, a propagação dos bailes carnavalescos realizados no Teatro Santa Isabel, e a restrição da presença de uma camada popular, que não tinha acesso ao teatro, tendia a marginalizar os festejos carnavalescos mais populares, reforçando o ideário de segregação social nessas manifestações carnavalescas.

Contenção do entrudo e propagação dos bailes carnavalescos

Pensar as manifestações carnavalescas ocorridas em Pernambuco, em meados do século XIX, como papel importante para a construção de uma identidade civilizatória, baseada nos paradigmas europeus, se faz necessário perpassar pelos espaços de sociabilidades a que elas ocuparam. E para isso, precisamos compreender que não houve uma ideia de homogeneidade na propagação desses festejos. Pelo contrário, essas práticas de divertimentos, nos revelaram as múltiplas facetas que tais manifestações culturais podiam assumir. Ao mesmo tempo em que elas despertavam um sentimento de entrelace entre os setores sociais, motivados pelo desejo de festejar, elas também revelam as disputas de espaço sociais dentro do cotidiano.

Apesar de aparentemente estabelecerem essa sensação de interpassarem às diferenças entre as classes sociais, encontramos nos festejos carnavalescos do Recife oitocentista, a presença de várias tentativas de controle – em particular, no tocante às manifestações das camadas sociais populares, principalmente com a participação da população negra, como era o caso do Entrudo. Segundo Rita de Cássia Araújo:

A festa era relativamente simples em sua composição e contava com alto grau de espontaneidade e de improviso por parte de seus participantes. Distante estava daquelas faustosas festas públicas, especialmente as reais, cujos preparativos incluíam as construções de praças e teatros ao ar livre, as montagens de custosos cenários e de engenhosos carros alegóricos, os ensaios de danças coletivas a serem apresentadas, bem como a confecção das máscaras e dos trajes a caráter que as acompanhavam. As únicas disposições preliminares que se verificavam e que exigiam certa organização prévia aos jogos eram a confecção de alguns quitutes e a fabricação das laranjas ou limas de cheiros. O mais eram as famílias amigas comunicando umas às outras que iriam às respectivas casas, brincar o Entrudo (ARAÚJO, 1996, p. 123).

Os preparos para os festejos do Entrudo marcavam as páginas de vendas dos jornais durante o período carnavalesco. Eram encontrados com facilidade anúncios informando a venda de produtos para fabricação de lima de cheiro. Um dos anúncios, encontrados na coluna de vendas, descrevia: “vende-se cera para limas de cheiro a 1.000rs. a libra: na rua do Rangel, sobrado de um andar, número 51” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 4/2/1851). Contudo, a diversidade das formas de brincar o Entrudo era grande. Além da utilização das limas de cheiro, recheadas com algum tipo de perfume, os escravizados (e também as pessoas pobres livres) usavam outras substâncias para brincar o folguedo, como “polvilho, água, ou mesmo outras substâncias que podiam encontrar pela cidade”, afirma Santos (2011, p. 49).

A elite recifense associava as manifestações do Entrudo à barbárie. Todo aquele ritual de festejos, no qual, misturava-se a elite, escravizados e outras camadas mais populares, iam de encontro aos projetos civilizatórios propagados na época. Dessa forma, foram evidenciadas várias tentativas de proibição ao Entrudo, buscando romper com essas práticas que remontavam à ideia de passado, do passado colonial. Uma publicação de fevereiro do ano de 1850, localizada em um circular da repartição de polícia, divulgado no Diário de Pernambuco, fez menção à proibição do Entrudo pelas ruas do Recife e no seu entorno.

Tendo proibido o folguedo de entrudo pelas ruas desta cidade e seus subúrbios, assim o comunico a Vmc. Para que neste sentido expeça as necessárias ordens quanto ao que diz respeito ao distrito de sua jurisdição, fazendo prender a todos aqueles que as infligirem, depois de terem sido disso advertidos (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/2/1850, p. 2)

Apesar de utilizarem a força repressiva do aparato policial recifense na tentativa de suprimir o Entrudo, tais práticas carnavalescas ainda continuaram se perpetuando pelas camadas mais populares. Faz-se notório, as constantes tentativas da elite intelectual e da imprensa diária em marginalizar a prática dos festejos carnavalescos mais populares, afim de promover a distinção do que se considerava bárbaro do que era civilizado.

Batem-nos á porta os três dias de entrudo, nos quais uma fração do nosso povo, ainda aferrada aos antigos hábitos da mais insensata depravação, entende poder entregar-se a todos os excessos e loucuras que lhe sugere a fantasia, sem lhe importar que o seu desejo de divertir-se á torto e á direito ocasione distúrbios, provoque crime gravíssimos, e origine outros muitos males, que belamente nos seriam poupados com a supressão de tão bárbaro costume (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29/1/1853, p. 2)

Os festejos do entrudo vão ocorrer simultaneamente com outras formas de divertimentos carnavalescos, como é o caso dos bailes carnavalescos em ambiente privados, as mascaradas a cavalo, entre outras. Tais manifestações culturais são capazes de produzir diversos elementos

que possibilitem a análise de uma sociedade escravista e excludente, em busca de espaços de sociabilidade. Um anúncio de mascaradas a cavalo, no ano de 1853, nos faz perceber essas disputas de espaços de sociabilidade, no qual, de forma sempre tendenciosa a fim de reforçar o descontentamento das práticas de entrudo, é feita o seguinte anúncio do evento que irá ocorrer:

Já excede a cem o numero dos influentes deste grande e luzido divertimento, que terá lugar nos três dias de carnaval – domingo, segunda e terça-feira. Convida-se a bela rapaziada a tomar parte neste agradável brilhante e novo espetáculo, muito preferível ao acostumado divertimento com águas chocas e imundícies que só incomodam. Cada um pode caracterizar-se como bem quiser, (não excedendo os limites prescritos) [...] Todos os mascarados deverão comparecer a Cavallo até as 3 horas da tarde naquele lugar [...] (DIARIO DE PERNAMBUCO, 5/2/1853, p. 3).

A utilização das máscaras, por exemplo, eram elementos muito presentes durante os festejos carnavalescos oitocentistas, permitindo ao individuo esconder sua identidade individual, embora não ocultasse as pequenas nuances do seu *status* social, como afirma Maria Clementina Pereira Cunha (2001). Apesar de trabalhar sobre o carnaval do Rio de Janeiro, em seu livro *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, é possível perceber pontos de semelhanças entre as narrativas do carnaval carioca e as do carnaval recifense:

Mascarados como a nossa rapariga de troça povoavam as ruas naqueles três dias, a pé ou a cavalo, como nos conta o viajante que não via nisso uma das formas de diferenciação social, reforçada também pelo luxo das fantasias e outros signos de distinção. As máscaras podiam esconder a identidade individual, mas não faziam o mesmo com o status social. Mascarados a cavalo ostentavam seu prestígio olhando de cima aqueles que, a pé, praticavam uma brincadeira generalizada sob múltiplos disfarces (CUNHA, 2001, p. 26).

O período carnavalesco em meados do século XIX, se torna um cenário de convivência e enfrentamentos entre os desejos de divertimentos das camadas sociais. Se por um lado, a imprensa e o Estado propunham a coerção do entrudo, objetivando marginalizar tais manifestações e diferenciar a elite dos segmentos menos favorecidos da sociedade, percebemos que o mesmo continuava ganhando força e causando desagradados a quem deseja romper com esses costumes, que divergiam da ideia de civilização. Os jornais da época foram fortes propulsores desses parâmetros de uma sociedade rumo ao progresso, atacando de diversas formas os divertimentos populares.

Uma publicação de um jornal coevo, no ano de 1853, descreveu a prática do entrudo como uma “das piores histórias dos desvarios e extravagância do espírito humano”, fazendo menção que tais comemorações pagãs eram de caráter deplorável, e que não deveriam estar presentes na sociedade (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29/1/1853, p. 2). Nessa mesma

publicação, ele faz referência à chegada dos bailes carnavalescos nos teatros como símbolo de práticas civilizadas; mas que, com o correr do tempo, foi perdendo a essência e sendo palcos de algumas desavenças entre aqueles que se faziam presentes nos espetáculos.

É válido ressaltar que, no recorte temporal trabalhado, além do processo de reformas urbanísticas e civilizatórias, a sociedade pernambucana havia passado por tensões nos aspectos políticos e sociais e no campo da saúde. Após o fim da Revolução Praieira, o sentimento de medo que pairava pelos “ares” recifenses foi cedendo espaço para a ocupação de novos espaços da sociedade.

A elite passeava pelas vias públicas da cidade, com fantasias, disfarces e trajes a caráter. Mas só o fez nos anos que se seguiram a 1850, quando, com a derrota da Revolução Praieira em 1849, encerrou-se o ciclo de movimentos sociais e políticos, de fortes conotações étnicas, que havia caracterizado aquela primeira metade do século XIX no Brasil e, especialmente em Pernambuco. Antes disso, optou-se pelos bailes de máscaras nos teatros e nos recintos fechados (ARAÚJO *apud* SANTOS, 2011, p. 12).

Os teatros foram os novos espaços de sociabilidades. No interior de sua arquitetura, serão desenvolvidos os bailes carnavalescos, palco de grandes apresentações e também de conflitos.

Os bailes carnavalescos no Teatro de Santa Isabel (1850-1855)

O Teatro de Santa Isabel não foi o primeiro espaço público a ser palco dos bailes carnavalescos na cidade do Recife. Apesar de ser considerado um dos grandes marcos civilizatórios na cidade durante o século XIX, na década de 1840, já havia na capital pernambucana a presença de algumas sociedades teatrais, conhecidas como casa de óperas, sendo o Teatro Apolo um dos mais antigos.

Inaugurado em maio de 1850, os primeiros bailes carnavalescos no Teatro de Santa Isabel ocorreram apenas em março de 1851, ano subsequente à sua inauguração. Encontramos no Diário de Pernambuco, o primeiro anúncio remetendo ao “magnífico baile mascarado” do teatro mencionado, publicado no dia 24 de fevereiro de 1851. Nele, se fez um aviso informando que, posteriormente, seriam divulgadas as grandes atrações presentes nos bailes que ocorreriam nos dias 02 e 04 de março, assim como a forma de ingresso e os respectivos valores, deixando os leitores dos jornais curiosos pelo que estava por vir (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/2/1851, p. 2).

Posteriormente, observou-se o anúncio sobre o primeiro baile mascarado do Teatro Santa Isabel, informando as respectivas apresentações e a forma de ingresso para o espetáculo carnavalesco. Contando com 11 apresentações, com a participação de alguns maestros e orquestras, o anúncio deixava claro que o baile somente seria iniciado após as apresentações das óperas, e que a dança no salão se tornava restrita apenas para aqueles que estivessem fazendo uso da máscara adequada para tal espetáculo.

As óperas anunciadas para abrir o evento do primeiro grande baile mascarado no Teatro de Santo Isabel eram majoritariamente do gênero tragédia lírica e também romântica, sendo todas representações inspiradas em compositores italianos de prestígio da época, como é o caso de Giuseppe Verdi e de Gaetano Donizetti (DIARIO DE PERNAMBUCO, 27/2/1851, p. 2). Mais uma vez, a sociedade se sentia caminhando para o ápice do progresso, na tentativa de representar o reflexo da influência europeia na sociedade.

Outro fator importante a ser destacado é a forma de ingresso nos bailes ocorridos nesse novo espaço de sociabilidades. Os anúncios dos bailes mascarados aconteciam de forma simultânea em ambos teatros da cidade recifense. Fazendo uma breve comparação com os bailes realizados no Teatro Apolo, podemos perceber que a forma de ingresso no Teatro de Santa Isabel era mais “ampla”. A partir dos anúncios publicados no Diário de Pernambuco, foi possível concluir que os bailes do Teatro Apolo eram restritos aos assinantes da Sociedade do Apolo, sendo possível, mediante o pagamento, levar propostas de “convidados”. Tais convidados, mesmo fazendo o pagamento solicitado pela sociedade, ainda possuíam seus convites em análise, no qual seriam levados em conta fatores como prestígio social, a conduta e o histórico do respectivo convidado, podendo não ser aprovado por aquela Sociedade. Vários foram os relatos, nas páginas do jornal pernambucano, informando sobre a não aprovação das propostas de convites, no quais, indignados pela rejeição, os “indivíduos rejeitados” demonstravam sua indignação à Sociedade do Apolo (DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/2/1850, p. 2).

Como citado anteriormente, os ingressos dos bailes mascarados ocorridos no Teatro de Santa Isabel, se tornava um pouco mais abrangente à sociedade elitizada da época, visto que, não era necessária aprovação prévia de propostas, mas sim, a necessidade da compra dos bilhetes dos espetáculos teatrais. Mas a presença em tais bailes não era garantida apenas com a aquisição dos ingressos. Para isso acontecer, havia uma série de normas a serem cumpridas pelos foliões.

Quando falamos de controle social na sociedade recifense, no século XIX, não podemos deixar de mencionar a importância dos aparatos policiais como instrumento de coerção das

práticas que iam de encontro às regras estabelecidas. Era essa a principal instituição utilizada para que a ordem e o sossego na sociedade fossem mantidos em diversos momentos. Nesse sentido, as normas de boa convivência dentro dos bailes carnavalescos ficavam sob a responsabilidade do chefe de polícia:

A autoridade policial, encarregada da inspeção do teatro, deverá vigiar que dentro dele, ou no recinto destinado para o baile se observe a ordem, decência e silêncio necessário, fazendo expelir dele os que o merecerem, prendendo-os, procedendo na forma da lei, se o caso assim o merecer. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1/3/1851, p. 2)

Entre as regras para uma boa convivência durante os bailes, se destacavam: a utilização das máscaras adequadas; não fumar dentro do teatro; não entrar nos camarotes sem consentimento prévio das famílias que os ocupassem; não arrancar a máscara de nenhum daqueles que estivessem mascarados, entre outras regras. Ademais, era terminantemente proibido o uso de vestuários que fizessem alusão a corporações da província, à religião e a pessoas conhecidas. O jogo do entrudo era inadmissível dentro dos bailes mascarados, podendo ser preso o indivíduo que o praticasse (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1/3/1851, p. 2).

A imprensa diária, voltada para uma elite intelectual e econômica, demonstrava-se contrária às manifestações do entrudo, principalmente à ideia de mistura entre classes sociais nesses dias que compunham o carnaval. As publicações escritas em algumas colunas do Diário de Pernambuco, nos revelam essa forma tendenciosa de transmitir a imagem dessas manifestações mais populares, associando-as a atos de desordem e a bárbaros e “semi-selváticos” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 4/3/1851, p. 1).

Os bailes carnavalescos ocorridos dentro do Teatro de Santa Isabel aconteciam anualmente nos domingos e terças-feiras de carnaval, sendo divulgados com muita ênfase como se fossem a prerrogativa do projeto de civilização. Em contrapartida, os anúncios ofertados nos jornais, tentavam extinguir a imagem do entrudo, buscando cortar velhas raízes do passado.

Se, por um lado, a sociedade tentava extinguir a prática do velho entrudo, proporcionando novos divertimentos, mais condizentes com uma cidade civilizada, para as camadas populares era o entrudo quem comandava as (e se expandia pelas) ruas do Recife. Percebemos diante disso, uma tentativa de segregação de espaços sociais, em meio a um festejo tão misto e que possuíam – apesar das diversidades – pontos convergentes: como o desejo de festejar, de se divertir.

No ano de 1853, a organização dos bailes mascarados realizados no Teatro de Santa Isabel flexibilizou a forma de ingresso do público feminino nesses eventos. Em um de seus

anúncios sobre o baile informou-se: “as senhoras mascaradas terão entrada grátis” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/1/1853, p. 2). Porém, o acesso a tais bailes, conforme já adiantamos, não era garantido apenas com a compra dos ingressos. Havia uma série de elementos que eram necessários para garantir o acesso em tais ambientes, tais como o uso de máscaras, vistosos vestidos, adereços, entre outros.

Elemento comum dos bailes mascarados, entrudos, e outras diversidades de festejos carnavalescos encontrados no Recife oitocentista, a máscara era um símbolo essencial que se fazia presente tanto nos ambientes privados quanto nas ruas da capital da província. A venda de máscaras para os amantes de carnaval dominava as páginas de vendas dos jornais meses antes do tríduo momesco. A diversidade de modelos de máscaras era grande. Observamos nos anúncios dos jornais a descrição de máscaras de cera, de arame, de pano, com barba e/ou bigode, de cunho religioso (mesmo sendo proibidos dentro dos teatros).

A venda de adereços carnavalescos movimentava a dinâmica dos pequenos comércios na cidade do Recife, assim como a venda de fantasias, adereços de cabelos, tecidos variados para a composição de vestidos e limas de cheiro. Embora tenhamos notado que a propaganda dessa última foi se reduzindo nos anúncios do Diário de Pernambuco, pois a quem interessaria o jogo de limas de cheiro, se não aos praticantes do entrudo? Prática essa, que vinha sendo condenada pela alta sociedade e perseguida pela polícia.

Nesse contexto, pudemos perceber que os diversos festejos carnavalescos se firmavam na dialética entre convivência e enfrentamentos, nos quais enquanto uma parte da sociedade lutava para resistir e permanecer com suas antigas práticas culturais, outra parte vivia em constante campanha de “apagamento” de uma cultura que, para ela, eram símbolos de desordem e barbárie.

Considerações finais

A análise sobre os festejos carnavalescos propagados em meados do século XIX, em especial os bailes de máscaras e o entrudo, nos fazem refletir sobre as disputas por espaços de sociabilidade entre as classes. A inauguração do Teatro de Santa Isabel, como proposta de um ambiente que permitisse novos contatos sociais e culturais, se tornava uma obra elitista e excludente, que visava elevar a sociedade para um patamar de civilização europeia, distanciando-se cada vez mais da cultura considerada bárbara, estando seu acesso restrito à elite

pernambucana. Quando nos referimos ao Teatro de Santa Isabel como foco principal dos bailes carnavalescos da elite, percebemos ainda mais o reforço dessa segregação social, ou seja, o desejo de que esse festejo, conhecido como entrudo e caracterizado pela mistura de classes, deixasse de fazer parte dos tradicionais festejos do carnaval.

Os adereços carnavalescos utilizados nos bailes de máscaras, também se caracterizavam como elemento de poder: a busca pelo melhor vestido, as melhores máscaras e fantasias, os mais caros camarotes, são representações de um *status* social relacionado a poucos e se consagravam como fatores de prestígio para as elites da sociedade pernambucana.

A campanha sistemática de contenção ao entrudo, com a prerrogativa de cumprimento da ordem e decência na sociedade recifense da época, bem como as normativas que regiam o acontecimento de tais festividades, revela as nuances das tentativas de controle social por meio das práticas de divertimentos, sendo o aparelho policial a principal instituição para consolidação e cumprimento de tais regras.

Nesse âmbito de comemorações e de felicidades singulares, torna-se perceptível como alguns meios de comunicação divulgavam, de forma tendenciosa e depreciativa, a prática do entrudo, bem como, em sentido contrário, a forma positiva na propagação dos bailes carnavalescos nos teatros, nos permitindo fazer a leitura de uma elite escravocrata sobre as manifestações mais populares, a fim de marginalizar/extinguir tais práticas consideradas símbolos de desordem e barbárie.

Referências documentais

Fontes eletrônicas

Diário de Pernambuco. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/00004>

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rita; PONCIONE, Claudia; PONTUAL, Virgínia. **Vauthier**: um engenheiro de arte, ciência e ideias. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo**: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Lídia Rafaela dos. **Das festas aos botequins**: organização e controle dos divertimentos do Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Lídia Rafaela dos. **Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”**: festas e política no Recife (1817-1848). 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás**: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945). Recife : SESC, 2010.